

11 NOV 1986

# Governo lançará pacote do arrocho após dia 15

Lúcia Toribio

As tarifas de energia elétrica e os preços dos produtos siderúrgicos serão reajustados no inicio da próxima semana. Esta é uma das decisões do governo que já estão «prontas e acabadas» para serem adotadas assim que os 70 milhões de eleitores brasileiros deixarem as urnas, depois de escolher os próximos governadores de estado e membros da Assembléia Nacional Constituinte. Em seguida virá a decisão sobre a abolição do «gatilho» para o reajuste salarial, as mudanças no segundo escalão do governo e finalmente as alterações ministeriais, no final do próximo mês de março.

As voltas com imensos problemas na área econômica e com a nova conformação do quadro político que será definido nas eleições, o governo se prepara para dar respostas às questões imediatas e encadeadas, como uma corrente a ameaçar sua estabilidade. Sem dinheiro para reinvestir, as indústrias não conseguem atender à demanda crescente. Faltam produtos. Os preços, congelados em baixa (como reclamam os produtores, a começar pelas próprias empresas estatais), devem sofrer reajustes. E provocar inflação. Até abril, no máximo — prevêem os economistas —, ela atingirá os 20%, teto para ser acionado o «gatilho» dos reajustes de salários. É novamente a «correção monetária», abolida por decreto no último 28 de fevereiro.

Este, a grosso modo, foi o problema apresentado por Sarney aos seus tecnocratas e políticos de plantão. Foi a ação conjunta destes dois segmentos que garantiu o sucesso imediato do Plano Cruzado. E chegaram a soluções como o próprio «gatilho», que só foi incluído no pacote econômico por insistência do PMDB, como «argumento político», a contra-gosto do ministro da Fazenda. E desta forma ele novamente foi invocado pelo ministro do Trabalho, Al-

mir Pazzianotto, que fez a defesa da sua manutenção como sendo «uma conquista inalienável dos trabalhadores».

Pazzianotto, inadvertidamente, alimentou o principal temor do governo. A decisão de abolir o «gatilho» já estaria fechada se não fossem suas inevitáveis consequências políticas: a reação em massa dos trabalhadores sob a regência da CUT e PT, ofuscados pela derrota eleitoral. A manutenção da garantia trabalhista do Plano Cruzado seria a **bandeira** que falta às organizações sindicais.

Conjugar as soluções técnicas com a manutenção — ou quebra — de compromissos políticos, será o grande desafio dos pensadores do governo, que receberam do presidente a incumbência de encontrar, até o final deste mês, fórmulas «não-recessivas e criativas» para superar as dificuldades.

## Mais eficiência

Num trabalho paralelo, o presidente estará empenhado em aumentar a «eficiência» do governo. Dentro deste critério virão as reformas do segundo escalão. Ela terá grandes proporções e se processará já a partir de janeiro. Quando a poeira eleitoral assentar, será a vez dos ministros. Depois da posse dos novos governadores, em 15 de março, pelo menos quatro deles deixarão seus cargos. Jorge Bornhausen, da Educação, reassume sua vaga no Senado. Provavelmente irá para lá também o ministro Marco Maciel, na função de «homem do presidente» na Constituinte. Denis Schwartz e Roberto Santos da Habitação e Saúde, dificilmente não deixarão vagas suas cadeiras.

Sem nunca deixar transparecer as «pressões políticas» para as mudanças de cargos, o presidente Sarney utilizará sempre o argumento da «eficiência» para contentar e fortalecer a sua nova base de apoio, que pelo menos terá uma roupagem diferente a partir destas eleições, fato que Sarney não poderá ignorar.